

85 dissidentes iniciam criação de novo partido

Os dissidentes do PMDB, que no final da tarde de ontem somavam 85 parlamentares, deverão se reunir na próxima semana, provavelmente terça-feira, em Brasília, já para tratar da formação do novo partido político, com vistas às eleições municipais deste ano.

A informação é dos deputados Nelson Friedrich (PR) e Otávio Eljso (MG), para quem o partido deverá ser criado antes da Convenção do PMDB, marcada para o dia cinco de junho. Estão pensando, até, em realizar um grande congresso da nova legenda, no mês de maio.

Nelson Friedrich e Otávio Eljso, bem como o senador Fernando Henrique Cardoso, acham que não se deve aguardar a Convenção do PMDB para a formação do novo partido. O marco seria a votação do mandato do presidente José Sarney, nas disposições transitórias.

A idéia é acelerar o processo de formação do partido, e para isso já foram criados alguns grupos de trabalho; um deles para fazer um levantamento da situação de

cada Estado; outro, para analisar e, dependendo da reunião da próxima semana, já partir para a elaboração dos documentos necessários ao registro.

Isso será discutido na semana que vem: a elaboração do programa e do manifesto, que dá o perfil ideológico do partido; a redação de um projeto nacional para o País, abrangendo os setores político, econômico e social; e a seleção de instrumentos internos de controle democrático, com adoção de critérios rigorosos para ingresso no partido. Para isso será criado um conselho político para barrar filiações indesejáveis.

A expectativa de Nelson Friedrich e Otávio Eljso é de que o partido terá entre 80 e 100 parlamentares. O documento dos dissidentes, sob a responsabilidade do deputado Euclides Scalco, já tem mais de 80 assinaturas, mas ainda não se fixou uma data para sua divulgação. O deputado Cassio Cunha Lima (PB) assinou, mas depois pediu para considerar sem efeito sua assinatura.

Fracassa acordo paulista

"Agora é tarde". Com esta frase, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso estão rechaçando, desde o início da semana, as últimas propostas de entendimento feitas pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e pelo governador Orestes Quércia para um acordo em São Paulo que contenha ou mesmo impeça o racha nacional do PMDB.

Ulysses e Quércia consideram fatal a divisão do PMDB a partir de sua estrutura paulista — e sede das principais lideranças do partido. Os dois querem manter o PMDB até a convenção extraordinária nacional, marcada para o dia 5 de junho, acenando com um possível rompimento com o governo Sarney e a pregação por eleições imediatas para Presidente da República.

Antes disso, Ulysses e Quércia estão propondo aos dois líderes a redivisão do diretório paulista em três partes iguais (Quércia, Fernando Henrique e Covas), a distribuição de mais cargos no governo Quércia e a candidatura de Mário Covas ao governo de São Paulo.

— Não nos interessa um acordo em torno de cargos. O problema é de fundo. Queremos uma nova prática no partido, rompimento com o governo e

eleições diretas já — resume o vice-presidente regional do PMDB, deputado Geraldo Alkmim, ligado a Covas.

— Há uma diferença de concepção em torno da transição. Nós queremos fazê-la rompendo com o governo. Eles querem com o governo — acrescenta Fernando Henrique Cardoso.

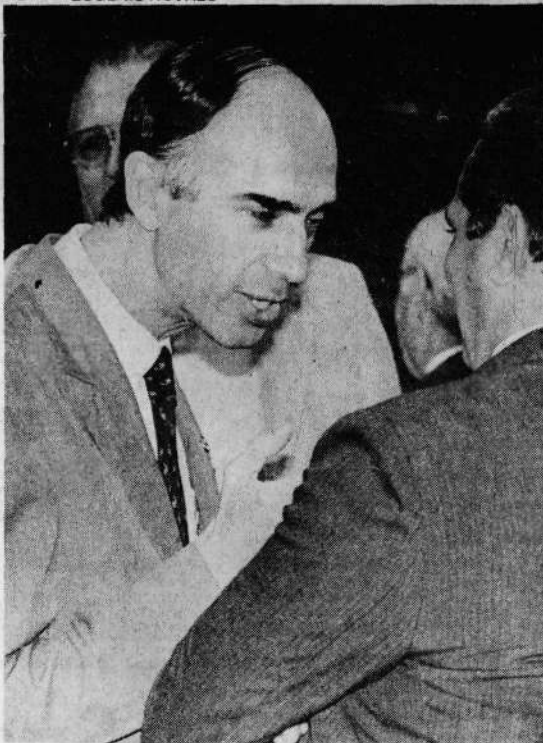
Os deputados ligados a Quércia estão tentando se aproximar do grupo de Covas e Fernando Henrique. "Mas Estamos apanhando muito. É natural isso, porque eles querem abrir espaços", diz um deles, sem querer se identificar.

Os deputados de Ulysses Guimarães não oferecem cargos nem espaços no diretório. Falam mais no rompimento com o governo a partir da convenção.

Não há dúvidas entre os políticos que a saída de Covas, Fernando Henrique, mais Franco Montoro e José Richa, desfiguraria o PMDB, ferindo de morte a carreira de Ulysses Guimarães e prejudicando muito as pretensões presidenciais de Quércia.

O drama do PMDB, considerado mais delicado já enfrentado por Ulysses Guimarães, suscita uma curiosidade dos peemedebistas: qual será o próximo lance de Ulysses?

FOTOS: EUGENIO NOVAES



Maciel e Passarinho, articulando no Plenário: nada de compromissos com blocos

Maciel e Passarinho não entram no bloco

Os presidentes do PFL e do PDS, senadores Marco Maciel (PE) e Jarbas Passarinho (PA), deixaram claro, ontem, que não estão interessados em participar de um bloco de apoio ao Presidente da República. Maciel reafirmou sua posição pessoal favorável a eleições neste ano, enquanto Passarinho defende cinco anos para todos os presidentes, incluindo José Sarney.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queirós (MS); promoveu ontem uma reunião dos dissidentes de vários partidos para analisar a proposta do deputado Pimenta da Veiga (MG), que deixou o PMDB há dias. Maciel reconheceu que os dissidentes do PFL correspondem a 25%, mas ressaltou que a Convenção Nacional, marcada para 14 e 15 de maio, decidirá o rumo do partido.

OPOSIÇÃO

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, observou que está havendo um grande erro em se considerar os que votaram a favor do presidencialismo e de cinco anos para todos os presidentes como favoráveis ao bloco governista. Ele mesmo votou assim e não ingressará neste grupo. Continua sendo de oposição, como o próprio PDS.

Afirmou, também, que seu partido não aceita, em nenhuma hi-

pótese, a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos. O PDS quer o cumprimento do calendário eleitoral, que sempre foi respeitado no período dos governos militares. "Houve, ao que se lembra, apenas uma prorrogação de prefeitos", lembrou.

O primeiro projeto estabelecendo normas para as eleições este ano de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores foi apresentado em 3 de fevereiro pelo deputado Adilson Motta (PDS-RS). Está paralisado na Câmara,

mas, havendo interesse das cúpulas partidárias, poderá ser votado em regime de urgências.

CAUTELA

O presidente do PFL, Marco Maciel, reuniu a Executiva do partido ontem à tarde, ao lado do plenário da Câmara, onde está funcionando a Assembléia Constituinte, para análise das convenções regionais, no próximo domingo, e da nacional, marcada para 14 e 15 de maio.

Marco Maciel deixou claro, após a Executiva, que não tem nenhuma disposição pessoal de retornar ao Governo do qual foi ministro-chefe do Gabinete Civil. Reafirmou que continua defendendo a realização de eleições presidenciais este ano e admitiu que a dissidência partidária, que o tem como principal líder, corresponde a 25% do PFL.

A Convenção Nacional decidirá o rumo do partido. Na sua opinião, se o bloco governista for para apoiar a transição democrática, não há necessidade de convocar o PFL, que tem esta posição. Se for para apoiar o Governo em si, o partido deve aguardar uma proposta concreta do presidente para analisá-la. Se estiver de acordo com o programa do PFL, pode apoiá-la.

Supremo arquiva ação por 6 anos

O ministro Oscar Corrêa, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu e determinou o arquivamento, por falta de fundamentos, o habeas corpus impetrado pelo advogado Zadyr Pinho Alves do Valle, que pretendia assegurar o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, com base na atual Constituição. O ministro não considerou que o Presidente está "sofrendo coação em sua liberdade, para exercer livremente seu alto cargo", conforme alega a petição do advogado.

Zadyr apontava no habeas corpus o deputado Ulysses Guimarães como autoridade coatora por ser presidente da Assembléia Nacional Constituinte.